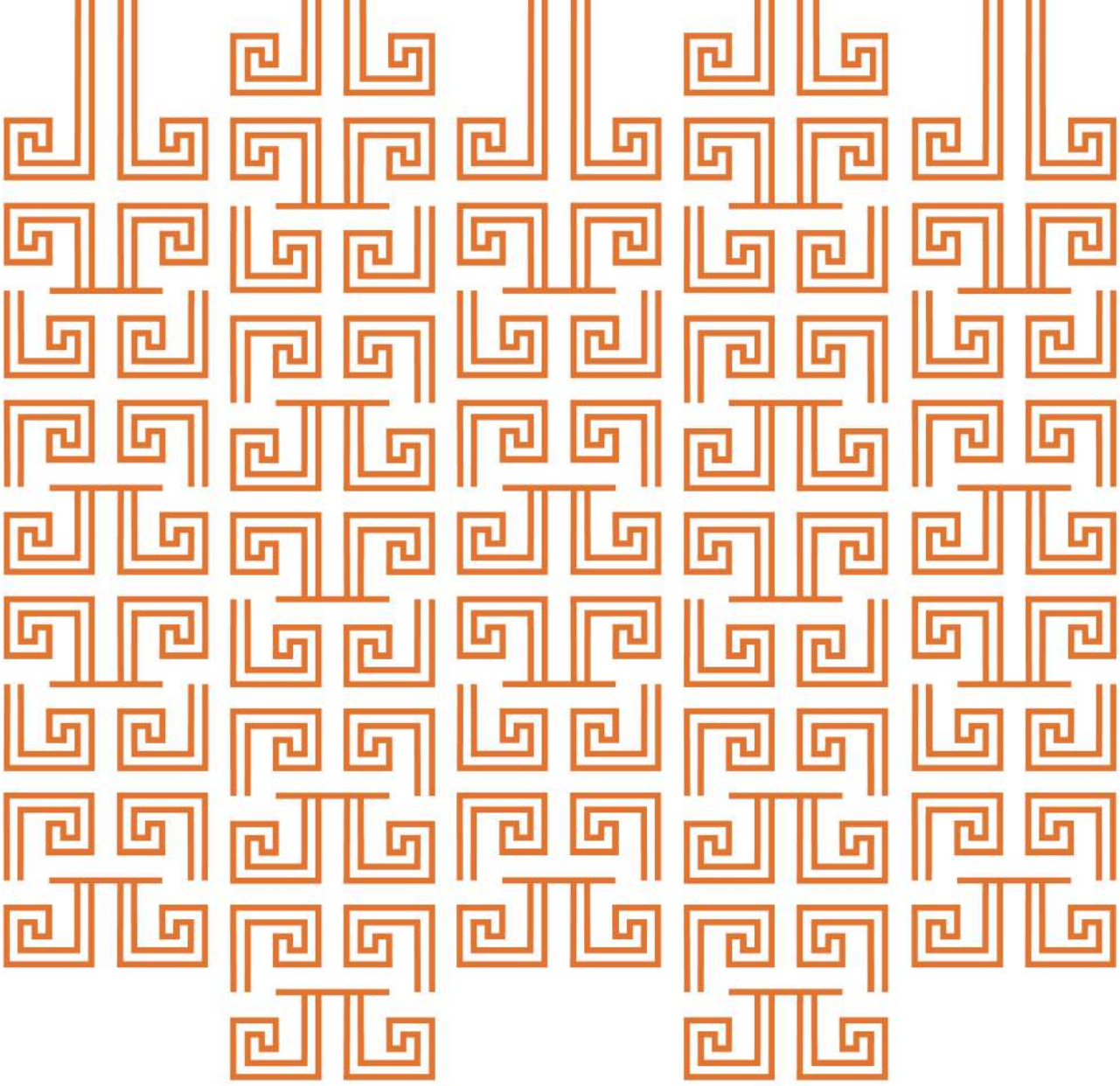

Coleção Pensamento Filosófico

HOSPITALIDADE HERMENÊUTICA
na filosofia de Paul Ricoeur

José Vanderlei Carneiro
José Elielton de Sousa
Herasmo Braga de Oliveira Brito (Orgs.)

Editora Fundação Fênix
EDUFPI

HOSPITALIDADE HERMENÊUTICA
na filosofia de Paul Ricoeur

Série Filosofia

Conselho Editorial

Editor

Agemir Bavaresco

Conselho Científico

Agemir Bavaresco

Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen

Nuno Pereira Castanheira

Conselho Editorial

Draiton Gonzaga de Souza

Evandro Pontel

Everton Miguel Maciel

Fabián Ludueña Romandini

Fabio Caprio Leite de Castro

Gabriela Lafetá

Ingo Wolfgang Sarlet

Isis Hochmann de Freitas

Jardel de Carvalho Costa

Jair Inácio Tauchen

Joaquim Clotet

Jozivan Guedes

Lucio Alvaro Marques

Nelson Costa Fossatti

Norman Roland Madarasz

Nythamar de Oliveira

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Oneide Perius

Raimundo Rajobac

Ricardo Timm de Souza

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Rosalvo Schütz

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor
José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora
Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação Social
Jacqueline Lima Dourado

Editor
Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial
Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)
Acácio Salvador Veras e Silva
Antonio Fonseca dos Santos Neto
Wilson Seraine da Silva Filho
Gustavo Fortes Said
Nelson Nery Costa
Viriato Campelo

Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil
Todos os Direitos Reservados

Hospitalidade hermenêutica na filosofia de Paul Ricoeur

(Organizadores)
José Vanderlei Carneiro
José Elielton de Sousa
Herasmo Braga de Oliveira Brito

Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2020

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Série Filosofia – 34 – Coleção Pensamento Filosófico

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CARNEIRO, José Vanderlei; SOUSA, José Elielton de; BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. (Orgs).

Hospitalidade hermenêutica na filosofia de Paul Ricoeur. CARNEIRO, José Vanderlei; SOUSA, José Elielton de; BRITO, Herasmo Braga de Oliveira. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix; Teresina, PI: Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI, 2020.

216p.

ISBN – 978-65-87424-29-3

ISBN – 978-65-5904-032-2

https://doi.org/10.36592/9786587424293

Disponível em: https://www.fundarfenix.com.br

CDD-100

1. Ricouer. 2. Filosofia. 3. Hermenêutica. 4. Hospitalidade.

Índice para catálogo sistemático – Filosofia e disciplinas relacionadas – 100

PAUL RICOEUR E A QUESTÃO COLONIAL: A RECEPÇÃO DO OUTRO ENTRE A CULPABILIDADE E A CIVILIZAÇÃO UNIVERSAL

Cristina A. Viana Meireles[1]

Dedico este texto aos amigos e colegas do Grupo virtual de leitura ricoeuriana, a quem agradeço pelas valiosas contribuições no encontro de abril de 2020.

Introdução

La question coloniale é um artigo de três páginas e meia que foi publicado pela primeira vez numa revista semanal protestante, em setembro de 1947[2]. Neste pequeno texto, com viés revolucionário[3], Ricoeur parabeniza o protagonismo da juventude cristã em trazer o tema do colonialismo para discussão. Suas palavras, contudo, se direcionam não apenas aos cristãos, mas a todo cidadão dos países colonizadores. Sua pretensão é claramente

[1] Doutora em História da Filosofia Contemporânea pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Alagoas (PPGFIL/UFAL).

[2] Trata-se da Revista *Réforme* (20/09/1947). Meses depois, o mesmo artigo foi publicado também na Revista *Le Semeur* (décembre-janvier/1947-48), dessa vez num volume inteiramente dedicado ao tema da questão colonial: "*Que pensent les étudiants coloniaux?*" Cf. WOLFF, Ernst. Note éditoriale (que precede o artigo em sua versão original, em francês, de 2018).

[3] É evidente que, quando dizemos "revolucionário", devemos entender num certo contexto, em que muitos intelectuais franceses, por exemplo, defendiam os direitos dos argelinos sem necessariamente apoiar a independência do país (Cf., por exemplo, FIGUEIREDO, Eurídice. Albert Camus entre guerras: de *Combat* a *O primeiro homem*, Organon, 2017). Mostraremos ao longo deste nosso texto que Ricoeur não apenas esperava que os povos se tornassem independentes, como reconhecia os males da colonização. Mas é claro que seria injusto esperar de Ricoeur que seu anticolonialismo desembocasse numa postura antieuropeia tal como, por exemplo, aquela de um Aimé Césaire em *Discurso sobre o colonialismo* (1950).

DOI – https://doi.org/10.36592/9786587424293-2

enunciada nas primeiras linhas: examinar quais são as *responsabilidades* dos colonizadores em relação às mazelas trazidas pelo colonialismo.

Ora, todo questionamento sobre a responsabilidade nos remete a pelo menos três searas de análise: Responsabilidade de *quem*? *Como* responder a essa responsabilidade? Responsabilidade pelo *quê*? Entendemos que Ricoeur traz elementos para cada uma dessas análises, os quais buscaremos elucidar nas linhas que se seguem.

Primeira seara: responsabilidade de *quem*? Ricoeur não se dirige para os Estados, nem para os governantes, nem para os soldados e militares, e nem mesmo às pessoas que atuaram diretamente nas forças colonizadoras. Antes, ele se dirige a qualquer cidadão que pertença às nações colonizadoras, cidadãos que em sua maioria não possuem nenhum conhecimento especializado sobre assuntos coloniais. Ora, mas é justo responsabilizar alguém que, frequentemente, não sabia de nada do que sua nação realizava nas colônias? Para Ricoeur, sim. Mas claro que se trata de um tipo peculiar de responsabilidade, conforme veremos. Para nosso recorte aqui estabelecido, será fundamental compreender essa responsabilidade do cidadão comum, uma vez que toda mudança efetiva demanda um exame de consciência de cada pessoa que compõe uma nação colonizadora. Este posicionamento nós desenvolveremos no nosso tópico: A culpabilidade do colonizador.

Segunda seara: *como* responder a esta responsabilidade? Uma vez circunscrita a responsabilidade do cidadão comum, o que ele fará com esse "peso"? Já em 1947, Ricoeur dava mostras de sua filosofia afirmativa[4], que mesmo quando nos leva a reconhecer a culpa, jamais pretende que ela nos imobilize. Assim, o cerne de seu artigo são as cinco grandes *linhas de reflexão e ação* que devem ser lembradas toda vez que a pauta for a colonização:

> [...] [1] a colonização tem como finalidade a liberdade dos nativos; [2] o pecado original da colonização precede todas as agressões unilaterais dos nativos; [3] a exigência de liberdade, mesmo prematura, tem mais peso moral do que toda obra civilizadora dos países colonizadores; [4] o racismo é o vício dos franceses nas colônias; [5] são as minorias que representam a consciência nascente dos povos colonizados.[5]

[4] Esta ideia de que Ricoeur é um filósofo da afirmação nós tivemos oportunidade de desenvolver melhor em "*Paul Ricoeur e Jean Nabert: filósofos da afirmação originária*". In: Fenomenologia e Hermenêutica. São Paulo: ANPOF, 2017, v. 1, p. 369-383.

[5] No original em francês: "[...] la colonisation a pour fin la liberté des indigènes; la faute originelle de la colonisation précède toutes les agressions unilatérales des indigènes; l'exigence, même prématurée de liberté, a plus de poids moral que toute l'oeuvre civilisatrice des pays colonisateurs; le racisme est le vice des Français aux colonies; ce sont des minorités qui représentent la conscience naissante des peuples colonisés."

Trazendo o foco para a temática da recepção do outro, podemos dizer que essas cinco grandes linhas são como uma exortação a uma melhor acuidade na compreensão do colonizado, em suas especificidades, necessidades, circunstâncias e até mesmo em seus erros. A incorporação das linhas de reflexão pelo cidadão colonizador terá uma veemência social que devemos sublinhar: isso significa que, a partir de agora, não se trata apenas de acolher a diferença do outro numa relação eu-tu, mas de trabalhar a diferença entre os homens numa escala muito maior. É esta perspectiva da recepção do outro que esmiuçaremos no tópico: A civilização universal.

Terceira seara: responsabilidade exatamente pelo *quê*? A resposta a esta pergunta, embora pareça ser a mais clara, talvez seja a mais obscura no texto de Ricoeur. Antes de tudo, é indiscutível que Ricoeur reconhece que o empreendimento colonial trouxe muitos prejuízos humanos, instaurou sofrimentos e reforçou posturas geradoras de preconceito e violência. Mas, será que Ricoeur concederia que algo positivo poderia advir – ainda que muito indiretamente – do empreendimento colonial? A nosso ver, este ponto é delicado e mereceria um exame mais detido em algum momento futuro. Nessa direção, cremos ser preciso indagar pelo alcance dessa responsabilidade segundo Ricoeur. Por exemplo: está no escopo das ações do cidadão colonizador o movimento da libertação deles? Para dizer em termos de recepção do outro: será que o colonizador está realmente pronto para acolher a diferença do outro nas suas mais peculiares formas de resistência e de luta pela liberdade? É enfrentando este intrincado debate que pretendemos finalizar nossa discussão no tópico: Os alcances e limites da recepção do povo colonizado segundo Ricoeur.

A culpabilidade do colonizador

Estamos em 1947 quando Ricoeur escreveu *La question coloniale*. Foi neste ano que surgiu a FLN (Frente de Libertação Nacional), entidade que visava organizar a luta pela independência da Argélia. Foi também em 1947 que a França concedeu extensão de cidadania francesa aos argelinos e permitiu que muçulmanos (maioria no país) ocupassem cargos públicos. Esses dois acontecimentos revelam que, muito embora a guerra pela

independência ainda não tivesse sido instaurada[6], já havia uma pressão por mais autonomia e igualdade do lado dos argelinos. Ao mesmo tempo, do lado da França era possível constatar a sua inflexibilidade em abrir mão do seu poder na colônia: foi também em 1947 que a Assembleia Nacional em Paris aprovou para a Argélia o estatuto de "grupo de províncias com caráter urbano, autonomia financeira e organização especial".

Se olharmos para um contexto mais amplo, fazia dois anos que havia findado a Segunda Guerra Mundial e, em meio a ações mais contundentes como a desnazificação, os europeus se perguntavam como o holocausto tinha sido possível. Foi nesse contexto que o alemão Karl Jaspers publicou a corajosa *Die Schuldfrage – Ein Beitrag zur deutschen Frage*[7] (1946), obra que marcou profundamente a reflexão de Ricoeur sobre a culpa[8]. Ora, mas por que esta reflexão sobre a culpabilidade alemã interessaria à questão do colonialismo?

Em primeiro lugar, é preciso notar que o interesse de Ricoeur pela culpabilidade alemã se funda, em grande medida, naquilo de essencial que ela permite que apreendamos sobre o gênero humano. É no Apêndice acrescentado a *Karl Jarpers et la Philosophie de l'Existence* que Ricoeur (e Dufrenne) nos diz(em) isso:

> De maneira nenhuma se trata de instituir um debate político. Jaspers se situa em um outro plano, do qual ele não perde de vista os problemas concretos e sua substância histórica, mas de onde ele [também] percebe o problema em sua disposição essencial: aquela da purificação – nós gostaríamos de dizer como Spinoza, da regeneração – do homem em cada alemão por meio de uma meditação leal e sem equívocos acerca de sua culpa.[9] (RICOEUR; DUFRENNE, 1947, p. 394, trad. nossa).

[6] O que viria a acontecer efetivamente em 1954.

[7] Traduzido para o francês como *La culpabilité allemande*, e para o português como *A questão da culpa*: A Alemanha e o nazismo.

[8] Dentre as obras ricoeurianas que se referem diretamente a este livro de Jaspers, destacamos o *Apêndice* acrescentado na obra que Ricoeur conjuntamente escreveu com Mikel Dufrenne na prisão (*Karl Jaspers et la Philosophie de l'Existence*, 1947, p. 394-399), bem como o artigo *La culpabilité allemande* (publicado inicialmente na Revista *Christianisme social* em 1949, e posteriormente incluso na coletânea *Lectures 1*). Contudo, o olhar filosófico de Jaspers sobre a culpa do povo alemão que "[...] pendant douze ans a perdu l'habitude de critiquer et de dialoguer [...]" (RICOEUR, [1949] (1991), p. 144) continuou fertilizando as reflexões de Ricoeur sobre a culpa para muito além do pós-guerra, como nos mostra J. M. Gagnebin ao analisar as reverberações da noção de *faute* (culpa) em quatro obras de Ricoeur: *La symbolique du mal* (1960), *De l'Interprétation: Essai sur Freud* (1965), *Temps et Récit III* (1985) e *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (2000). Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Faute, culpabilité et dette* (ERRS, Vol. 9, N. 2, 2018, p. 138-148).

[9] No original em francês: "Il ne s'agit point d'instituer un débat politique. Jaspers se situe sur un autre plan d'où il ne perd pas de vue eles problèmes concrets et leur substance historique, mais d'où il aperçoit le problème à son gré essentiel: celui de la purification – nous aimerions dire comme Spinoza de la régénération – de l'homme en chaque Allemand par une méditation loyale et sans défaillance de sa faute."

Para além dessa inflexão mais universal da culpabilidade, haveria uma experiência que as demais nações poderiam extrair dos terríveis acontecimentos da primeira metade do século XX na Alemanha – em todo caso, um aprendizado sobre o que não se deveria repetir jamais. Num artigo de 1949 (*La culpabilité allemande*), Ricoeur deixa muito claro que os franceses podem tirar algumas lições da culpa que é própria aos alemães por terem – de alguma forma – consentido com o nazismo: "Quaisquer que sejam as discussões às quais se prestam as próprias noções, o esforço para situar a culpabilidade alemã é positivo. Eu tiro dele algumas conclusões para nós, franceses."[10] (RICOEUR, [1949] (1991), p. 152, trad. nossa).

Entretanto, no artigo de 1947 que aqui nos interessa (*La question coloniale*), não está muito clara a ligação inferencial entre a culpabilidade alemã e a culpa do colonizador[11], com exceção de uma passagem:

> Eu receio ser nazista sem o saber. Eu escuto esses alemães protestarem lamentavelmente quando nós lhes falamos de Auschwitz: "Nós não sabíamos de nada". E nós os esmagamos vitoriosamente: "A culpa de vocês é de não ter sabido". Eu não sei muitas coisas sobre a opressão francesa nas colônias e eu temo que minha culpa seja, principalmente, culpa de omissão concernente à minha informação.[12] (RICOEUR, 1947, p. 2, trad. nossa).

Esta passagem nos dá elementos para apostar na hipótese interpretativa de Ernst Wolff[13], segundo a qual "A referência à questão da culpabilidade dos cidadãos alemães pelos campos de extermínio nos leva a suspeitar também de que '*A questão colonial*' seja o resultado de uma reflexão sobre si nos espelhos da *Culpabilidade alemã*."[14]. Sendo assim, tentaremos rapidamente colocar às claras a relação que Ricoeur não expôs com todas as letras no curto artigo de 1947, mas que – assim como Wolff – nós acreditamos que estava

[10] No original em francês: "Quelles que soient les discussions auxquelles prêtent les notions elles-mêmes, l'effort pour situer la culpabilité allemande est bien orienté. J'en tire quelques conclusions pour nous, Français."
[11] É importante ter em mente que o foco de Ricoeur neste artigo era o colonizador francês do período neocolonial. Isso pode ser evidenciado pelas claras menções à Argélia, mas também ao Marrocos, Madagascar e Vietnã, países que em 1947 ainda não tinham se tornado independentes.
[12] No original em francês: "Je crains d'être nazi sans le savoir. J'entends ces Allemands protester lamentablement quand on leur parle d'Auschwitz: 'Nous ne savions pas'. Et nous les accablons victorieusement: «Votre faute est de n'avoir pas su». Je ne sais pas beaucoup de choses sur l'oppression française aux colonies et je redoute que ma faute ne soit, principalement, faute d'omission dans mon information."
[13] A versão do artigo disponibilizada pelo *Fonds Ricoeur* em 2018 é precedida por uma rica nota introdutória de Ernst Wolff. Cf. <https://omekas.obspm.fr/s/ricoeur/ark:/18469/1z0z0>.
[14] No original em francês: "*La référence à la question de la culpabilité des citoyens allemands pour les camps d'extermination fait en outre soupçonner que 'La question coloniale' soit le résultat d'une réflexion sur soi au miroir de* La culpabilité allemande".

implicitamente norteando suas reflexões sobre a responsabilidade do cidadão francês pelas mazelas coloniais.

É verdade que, neste texto de 1947, Ricoeur fala em "responsabilidade", e não em "culpabilidade" do colonizador. O salto, entretanto, nos parece legítimo, uma vez que o próprio Ricoeur lembra que cada responsabilidade demanda uma culpabilidade[15]. Assim, vejamos, de acordo com a leitura que Ricoeur faz de Jaspers, qual é a responsabilidade – e, portanto, a culpabilidade – que podemos imputar ao cidadão alemão comum.

Iniciemos por uma contextualização. Foi ainda em 1945 que Jaspers começou a ministrar uma série de palestras "sobre a situação espiritual na Alemanha"[16], que no ano seguinte materializaram-se na obra sobre a *culpabilidade alemã*. Como observa Ricoeur, é uma obra "lúcida, corajosa e orgulhosa" (RICOEUR, [1949] (1991), p. 144). "Lúcida", porque reconhece que a situação não é confortável para os cidadãos alemães naquele momento do pós-guerra em que seu país está ocupado e se instaurou um tribunal internacional em Nuremberg, que tinha por tarefa julgar os responsáveis pelo holocausto. "Corajosa", porque não é fácil encontrar o tom apropriado para se falar de culpa com seus próprios compatriotas, muitos dos quais não apoiaram o regime nazista e desejaram muito que as forças aliadas tivessem barrado a ascensão de Hitler desde 1933. Por fim, "orgulhosa", pois longe de rebaixar o povo alemão, busca mostrar os mecanismos que se operaram de modo subjacente ao seu silêncio e aceitação tácita – algo que não está jamais livre de se repetir, pois não é próprio de alemães, e sim dos homens.

Em sua obra, Jaspers distingue quatro tipos de responsabilidade – e, portanto, de culpabilidade: culpabilidade *criminal*, culpabilidade *política*, culpabilidade *moral* e culpabilidade *metafísica*. Essa classificação não defende uma distinção absoluta, porém ela ajuda a clarificar o sentimento confuso de culpabilidade. Abaixo propomos um esquema que nos auxiliará na nossa explicação. Destacamos dois eixos principais que escolhemos para nortear nossa tentativa de classificação: "*quem comete?*" e "*quem julga?*". Vejamos:

[15] Cf. RICOEUR, [1949] (1991): "L'analyse repose sur la *distinction* de plusieurs espèces de responsabilité et donc de culpabilité" (p. 145)
[16] Cf. Prefácio de JASPERS, Karl *A questão da culpa*: A Alemanha e o nazismo [1946] (2018).

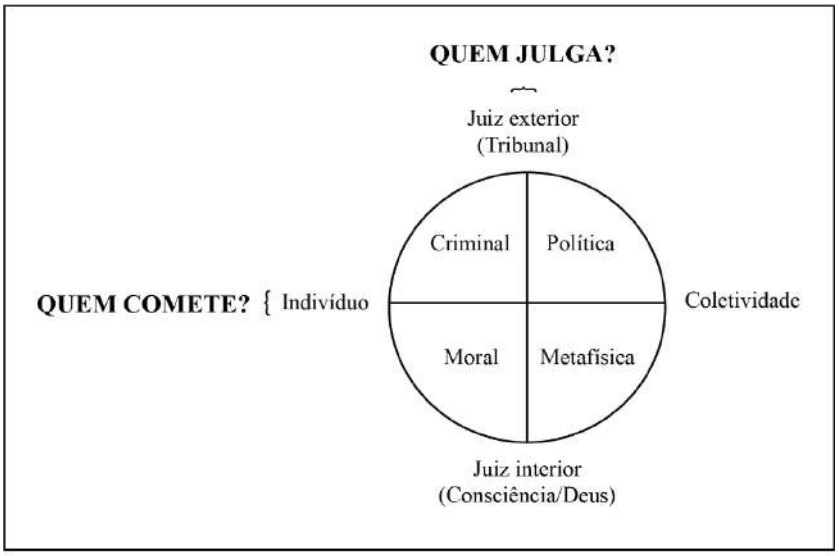

Ilustração 1: Os tipos de culpabilidade segundo Jaspers

A culpabilidade *criminal* deriva da infração a uma lei. Ela é julgada no plano jurídico e a sanção é aplicada ao indivíduo que a cometeu. Já a culpabilidade *política*, que também é julgada por uma instância jurídica exterior, não deriva de um ato que um indivíduo tenha cometido individualmente: essa culpabilidade é sempre de uma coletividade organizada politicamente (como um Estado, uma nação, etc.), na qual o indivíduo está implicado como um cidadão. No terceiro tipo de culpabilidade, chamada de *moral*, o ato é individual (tal como na criminal), porém a novidade é que a instância que julga está "dentro" (tal como a consciência moral, ou mesmo a voz de um amigo que internalizamos). Aqui, não há uma lei que tenha sido transgredida, mas valores que foram desprezados. Por fim, a culpabilidade *metafísica* mantém a instância julgadora no âmbito interno (só que agora, em vez de consciência moral, temos a voz de Deus, ou algo que o valha); essa culpa não deriva de atos cometidos individualmente, mas sim coletivamente (como na culpabilidade política). Porém, a coletividade aqui não é um Estado ou nação, mas sim a comunidade mais ampla possível (ou seja, todos os humanos).

Feita essa classificação muito sumária, será que podemos enquadrar a culpabilidade alemã em apenas uma dessas quatro divisões? Na verdade, a culpabilidade alemã é complexa justamente porque ela envolve (ou pode envolver, dependendo do caso) os quatro tipos de culpabilidade. Isso podemos verificar a partir dos dois eixos de análise que propusemos.

Começando pelo viés do "*quem comete?*", sabemos que o tribunal internacional de Nuremberg buscava os *indivíduos* responsáveis (ou culpáveis, se quisermos) pelo genocídio de judeus. No entanto, as duas culpabilidades individuais (a criminal e a moral) deixam escapar uma dimensão muito importante dessa responsabilidade, a saber, justamente aquela do cidadão comum que "não tinha nada a ver com isso". A culpabilidade moral, que se aplicaria muito bem àqueles que foram cúmplices do que ocorria, seja silenciando, se acovardando ou até mesmo secretamente assentindo ao holocausto, não daria conta daqueles que eram contra o regime. É neste ponto que uma outra culpabilidade vem nos socorrer: a culpabilidade política. O fato de pertencer a um Estado criminoso nos torna culpáveis, não no sentido moral, todavia. Se para definir a responsabilidade implicada na culpabilidade moral, Jaspers usava um termo que marca o papel do exame de consciência (*Verantwortlichkeit*), para explicitar a responsabilidade política ele usará outro termo: *Haftung*, palavra alemã que remete àquela responsabilidade que advém da adesão, do pertencimento, e que resvala no cidadão individualmente (toda a Alemanha foi ocupada no pós-guerra, e sanções foram impostas a todos os cidadãos, até mesmo àqueles mais contrários ao regime)[17].

Adentrando agora pela porta do "*quem julga?*", igualmente podemos notar a imbricação dos tipos de culpabilidade. Muito embora o próprio Jaspers reconheça que a violência é uma perene possibilidade num tribunal internacional[18], é importante que haja um juiz exterior, para além da consciência moral. É Ricoeur quem chama a atenção para a insuficiência do juiz interior (seja a consciência moral, seja um superego, seja a ideia de um Deus) no que se refere às ações de reparação da culpabilidade alemã: "Aqueles que perderam tudo na tormenta são tentados a fazer um cortejo de sua desgraça, e a pensar que já se redimiram; mas a culpa moral e a culpa metafísica não poderão ser o objeto de uma

[17] O próprio Ricoeur não ousou traduzir esses termos no artigo de 1949, mantendo-os no original em alemão. Entretanto, ele nos deixou uma sugestiva nota de rodapé no *Apêndice* que escrevera com Dufrenne em 1947, a qual transcrevemos: "[...] Jaspers distingue *Haftung* et *Verantwortlichkeit*, pour indiquer que la responsabilité qu'assume le citoyen à l'égard de l'État n'est pas proprement morale. C'est un peu la nuance qu'introduit le droit entre responsabilité civile et responsabilité morale." (RICOEUR; DUFRENNE, 1947, p. 395, nota nº 9).

[18] Cf. JASPERS, Karl. *A questão da culpa*: A Alemanha e o nazismo [1946] (2018): "Essencial é saber se os Julgamentos de Nuremberg se tornarão um elo na sequência de atos políticos construtivos e sensatos, por mais que muitas vezes venham entrecruzados por erros, insensatez, falta de cordialidade e ódio – ou se a partir da medida que aqui for sobreposta à humanidade, as próprias potências que a construíram serão por fim rejeitadas por ela" (p. 24).

reparação oficial e definitiva como a culpa criminal ou política" [19] (RICOEUR; DUFRENNE, 1947, p. 398, tradução nossa).

Mas isso não significa que a culpabilidade política (em que a responsabilidade é entendida enquanto *Haftung*) seja suficiente. Apesar de ela ser passível de um julgamento por um juiz exterior, ela não pode resumir toda a culpabilidade alemã, pois sendo coletiva ela correria o risco de não atingir a profundeza necessária para que as ações de reparação venham a ser levadas a cabo: "[...] a reflexão sobre a culpa começa com uma iniciativa individual e só pode se realizar no segredo de cada consciência" [20]. (RICOEUR; DUFRENNE, 1947, p. 396, tradução nossa).

Assim, a classificação dos tipos de culpabilidade é necessária, porém o seu objetivo é entender melhor a complexidade da culpabilidade alemã em suas quatro dimensões. É por isso que Ricoeur atribui a força do livro de Jaspers justamente a esse "jogo alternado" entre as distinções da culpabilidade e a sua unificação: "Sem distinções, a acusação é injusta; sem a unidade em profundidade da culpabilidade, o arrependimento e a purificação jamais começam."[21] (RICOEUR, [1949] (1991), p. 148).

Feito esse desvio pela ideia de culpabilidade alemã, o que podemos extrair para nosso problema da culpabilidade do colonizador? É na proposta de uma reparação (ou purificação) que colocamos nosso foco agora para responder a esta pergunta e arriscar o salto que viemos preparando. Ora, se a reparação é o objetivo supremo da reflexão sobre a culpabilidade alemã, indagamos: será que ela o seria também para a questão colonial? Alguns elementos nos levam a concluir que sim.

Primeiro elemento: Ricoeur escreve diretamente aos cidadãos comuns, como ele adverte logo no início do texto:

> Este artigo não tem outra pretensão senão examinar, junto com nossos amigos leitores, a dimensão das *responsabilidades* precisamente daquele que não é especialista em questões coloniais e encontrar o *ambiente* para um exame técnico que seja de nossa competência. É precisamente a responsabilidade de um não especialista, do homem para além do técnico, que

[19] No original em francês: "Ceux qui ont tout perdu dans la tourmente sont tentés de faire parade de leur malheur, et de penser qu'ils ont expié; mais la faute morale et la faute métaphysique ne pourront faire l'objet d'une réparation officielle et définitive comme la faute criminelle ou politique."
[20] No original em francês: "[...] la réflexion sur la faute procede d'une initiative individuelle et ne peut s'accomplir que dans le secret de chaque conscience."
[21] No original em francês: "Sans distinctions, l'accusation est injuste; sans l'unité en profondeur de la culpabilité, le repentir et la purification ne commencent jamais".

> eu quero despertar diariamente em mim diante da questão colonial [...].[22] (RICOEUR, 1947, p. 2, grifos do autor, trad. nossa).

Ora, como vimos, é na dimensão da culpabilidade política que se encontra a responsabilidade do cidadão comum, enquanto *Haftung*. O reconhecimento e a aceitação dessa responsabilidade, digamos, indireta – por pertencimento, por adesão, por cidadania – não poderia ter outro objetivo senão a conscientização necessária à reparação no presente e no futuro.

Segundo elemento: a natureza dos cinco princípios parece também remeter ao mergulho na culpabilidade que, como vimos, constitui o primeiro passo para que ocorra um impulso rumo à reparação. Por qual motivo interessaria a um cidadão comum reconhecer que "o objetivo da colonização é suprimir a si mesma"? (RICOEUR, 1947, p. 2, trad. nossa).[23] Ou, ainda, compreender que a violência libertadora dos nativos é secundária em relação à violência pacificadora dos colonizadores? A resposta nos parece ser muito claramente enunciada por Ricoeur:

> Esses princípios podem, no máximo, criar um clima, uma **disposição favorável** para apreciar sem ira este movimento da história colonial que, neste momento, passa rapidamente ao estado da libertação antes de ter tirado todo benefício do processo civilizador das nações colonizadoras. Pelo menos, esses princípios têm a virtude de estar a meio caminho entre uma fé e uma política; **concernem à própria moral**: incapaz de inspirar como uma fé e desprovida de toda competência técnica que exige a política.[24] (RICOEUR, 1947, p. 4, grifos nossos, trad. nossa).

Terceiro elemento: o texto é perpassado por um viés religioso que parece ressonar a própria culpabilidade metafísica, da qual pouco falamos até agora. Para Jaspers, essa culpabilidade metafísica é a mais fundamental, pois de certa forma ela é a fonte de todas as

---

[22] No original em francês: "Cet article n'a pas d'autres prétentions que de mesurer avec nos amis lecteurs, l'ampleur des *responsabilités* de celui-là même qui n'est pas spécialiste des questions coloniales et de trouver le *climat* pour un examen technique qui soit de notre compétence. C'est précisément la responsabilité d'un non-spécialiste, de l'homme par-delà le technicien, que je veux réveiller chaque jour en moi devant la question coloniale".

[23] No original em francês: "Le but de la colonisation est de se supprimer elle-même".

[24] No original em francês: "Ces principes peuvent tout au plus créer un climat, une disposition favorable pour apprécier sans colère ce mouvement de l'histoire coloniale qui, en ce moment, passe rapidement au stade de la libération avant d'avoir tiré tout le bénéfice du processus civilisateur des nations colonisatrices. Au moins, ces principes ont la vertu d'être à mi-chemin d'une foi et d'une politique; ce qui est la morale même, incapable d'inspirer comme une foi et dépourvue de toute la compétence technique qu'exige la politique".

outras[25]. Nas suas palavras:

> Existe uma *solidariedade* entre pessoas enquanto pessoas, que torna cada um corresponsável por toda incorreção e toda a injustiça no mundo, especialmente por crimes que acontecem em sua presença ou que são do seu conhecimento. Se não faço o que posso para evitar isso, também tenho culpa. Se não dediquei minha vida a evitar o assassinato de outros, mas fiquei ali, sinto-me culpado de certa forma que não é compreensível do ponto de vista jurídico, político e moral. O fato de eu ainda estar vivo ao acontecer certa coisa deita-se sobre mim como uma culpa inextinguível (JASPERS, [1946] 2018, p. 12).

Ora, se lembrarmos que o texto foi escrito para uma revista protestante, e também que logo de início ele parabenizava a juventude cristã, e, por fim, que ele claramente se mostrou contrário a "[...] uma resignação que não teria nenhum dos caracteres de imaginação e de audácia que nós esperaríamos de uma atitude cristã diante dos problemas atuais?"[26] (RICOEUR, 1947, p. 2, trad. nossa), nos parece muito visível a referência à culpabilidade metafísica que, se reconhecida, poderia conduzir à reparação:

> Ela [a culpabilidade metafísica] convoca a 'transformação da consciência que o homem tem dele mesmo diante de Deus', isto é, a humilhação completa; sobre este solo religioso pode crescer o arrependimento moral, o qual pode suportar as reparações de caráter político e, talvez, a punição pelos crimes, que recebe então a dignidade da expiação.[27] (RICOEUR, [1949] (1991), p. 148).

Se nossas hipóteses estiverem na direção acertada e, de fato, o colonialismo demandar uma reparação que se instaura desde a culpabilidade individual dos cidadãos comuns da nação colonizadora, pergunta-se: *qual reparação?* É o que passaremos agora a investigar.

---

[25] Cf. RICOEUR, [1949] (1991), p. 148: "C'est cette culpabilité qui est la source de toutes les autres: car elle est la condition coupable dans laquelle s'exerce la culpabilité morale, laquelle engendre la culpabilité politique et le crime". Cf., ainda, na obra do próprio Jaspers: "Se nós humanos pudéssemos nos libertar da culpa metafísica, seríamos anjos, e os outros três conceitos de culpa cairiam por terra" (*A questão da culpa*: A Alemanha e o nazismo [1946], 2018, p. 13).
[26] No original em francês: "[...] dans le sens d'une démission qui n'aurait aucun des caractères d'imagination et d'audace que l'on attendait d'une attitude chrétienne en face des problèmes actuels?"
[27] No original em francês: "Elle appelle la 'transformation de la conscience que l'homme a de lui-même devant Dieu', c'est-à-dire l'humiliation complete; sur ce sol religieux peut croître le repentir moral, lequel peut supporter les réparations de caractère politique et, peut-être, le châtiment des crimes, qui alors reçoit la dignité de l'expiation".

A civilização universal

A terceira grande linha de reflexão proposta por Ricoeur em *La question coloniale* se refere ao racismo: "A armadilha do espírito colonial é o racismo; a base do direito dos nativos é o universalismo"[28]. Este terceiro princípio claramente exorta os cidadãos comuns a uma recepção do outro livre de preconceitos. Mas um termo nesta afirmação merece destaque: "universalismo". Será que Ricoeur pretendeu defender que a reparação da culpa do colonizador só poderá realizar-se a partir de uma civilização universal?

De fato, a expressão "comunidade humana" aparece em dois momentos cruciais do texto, e em ambos ela tem o sentido de uma civilização universal. Acompanhemos: "Tudo o que se pode dizer é que existe alguma coisa ainda maior que o nacionalismo, a saber, a comunidade humana."[29] (RICOEUR, 1947, p. 3, trad. nossa). E "Sim, eu creio que como cristão, eu devo dizer 'sim' a um movimento da história que cria a liberdade. Certamente, esta liberdade é menor, se ela não se sacrificar, por sua vez, em benefício de uma comunidade humana."[30] (RICOEUR, 1947, p. 4, trad. nossa).

A primeira afirmação está no contexto da explicação da quarta grande linha de ação e reflexão em torno do colonialismo, quando o que está em questão é a liberdade dos povos colonizados. Ricoeur defende a absoluta primazia da liberdade sobre qualquer benefício que a colonização eventualmente possa trazer, reconhecendo o valor dessa luta. No entanto, ele questiona o caminho pelo qual, em geral, os povos colonizados tentam configurar essa conquista: "Eles têm razão de fazer como nós, de querer ser livres antes da hora; eles estão errados, como nós, de querer fazer esse desvio inútil pelo Estado-nação"[31] (RICOEUR, 1947, p. 4, trad. nossa). Neste ponto, esbarramos com um primeiro problema que precisaremos investigar, o qual podemos formular nas seguintes palavras: Se, para Ricoeur, a civilização universal (ou comunidade humana, se preferirmos) seria o melhor caminho para a recepção do outro quando este é um povo colonizado, pergunta-se: o Estado é um empecilho para se atingir este objetivo? Nos deteremos nessa questão um

[28] No original em francês: "Le piège de l'esprit colonial est le racisme; la base du droit des indigènes est l'universalisme".
[29] No original em francês: "Tout ce que l'on peut dire c'est qu'il y a quelque chose de plus grand encore que le nationalisme, c'est la communauté humaine".
[30] No original em francês: "Oui, je crois que comme chrétien, je dois dire oui à un mouvement de l'histoire qui crée de la liberté. Certes cette liberté est mineure, si elle ne s'immole pas à son tour à une communauté humaine".
[31] No original em francês: "Ils ont raison de faire comme nous, de vouloir être libres avant l'heure; ils ont tort, comme nous, de vouloir faire ce détour inutile de l'État-Nation".

pouco adiante.

Se focarmos agora na segunda passagem em que a expressão "comunidade humana" ocorre no texto *La question coloniale*, o que notamos é o seguinte. Primeiro, essa afirmação se dá no contexto da explicação da quinta grande linha, em que Ricoeur defende que a consciência dos povos colonizados principia numa vanguarda, numa minoria. Segundo, ela fala diretamente aos cristãos. Neste ponto, nos deparamos com um segundo ponto problemático na compreensão do posicionamento de Ricoeur em relação à civilização universal, que podemos formular nos seguintes termos: Qual seria, para Ricoeur, o exato papel dos cristãos na promoção de uma civilização universal – e, por conseguinte, na criação das condições para a verdadeira recepção do outro quando este é um colonizado? Assim como a questão acima, esta também nos ocupará no presente tópico.

Comecemos pela questão do Estado. Já na obra sobre Jaspers, escrita junto com Dufrenne na prisão e publicada em 1947, Ricoeur sinalizava uma simpatia pela ideia de uma comunidade humana, tal como preconizada por Jaspers: "[...] ser alemão não é de modo algum um privilégio ou uma fatalidade, mas uma tarefa. Mas 'nós somos homens em primeiro lugar, e em seguida alemães'." [32] (RICOEUR; DUFRENNE, 1947, p. 398, tradução nossa). Mas o que seria exatamente uma comunidade humana? Ela aboliria o Estado-nação? Se olharmos rapidamente para a obra do próprio Jaspers sobre a culpabilidade alemã, o que encontraremos é a ideia de uma comunidade humana que convive com os Estados, algo como um tipo de organização superior e reguladora:

> A humanidade se uniria num *ethos* compreensível a todos. Não mais se repetiria o que sofremos: que pessoas destituídas de sua dignidade pelo próprio Estado, que tenham tido seus direitos humanos violados, que tenham sido expulsos ou assassinados, não encontrem proteção junto aos órgãos superiores da comunidade dos Estados" (JASPERS, [1946] 2018, p. 47).

Mas será que Ricoeur concordaria totalmente com Jaspers quanto a este ponto? Se o Estado-nação é um "desvio inútil", qual destino Ricoeur proporia que lhe déssemos? Como no breve *La question coloniale* Ricoeur não tem condições de desenvolver seu ponto

[32] No original em francês: "[...] être allemand n'est point un privilège ou une fatalité, mais une tâche. Mais 'nous sommes hommes d'abord, allemands ensuite'."

de vista, buscaremos compreender a sua exata posição a partir de um texto de 1958, intitulado *Les aventures de l'État et la tâche des chrétiens*. O Estado é notadamente ambíguo, podendo propiciar o bem ou o mal de um povo[33]. Na direção de uma proposta dialógica, Ricoeur defenderá que o Estado precisa melhorar, porém não desaparecer: "Certamente, o aparato militar, policial e repressivo do Estado burguês pode definhar, mas não o Estado enquanto poder de organização e de decisão [...]"[34] (RICOEUR, [1958] 2019, p. 33, trad. nossa).

Ricoeur defende, assim, que o Estado se aprimore e se fortaleça, no sentido de corrigir seus desvios: "[...] em todo caso, o Estado deve se fortalecer antes de eventualmente definhar, e o problema é que ele não escravize os homens durante o período sem dúvida longo em que ele deverá, ainda, se fortalecer."[35] (RICOEUR, [1958] 2019, p. 33-34, trad. nossa). Esta passagem nos deixa atônitos com duas questões principais: primeira, em que condições poderíamos, talvez, prescindir do Estado? Segunda, o que devemos entender por um Estado mais forte? À primeira pergunta, Ricoeur parece indicar o caminho no próprio texto em questão, nas suas palavras conclusivas, aliás: "[...] tornar o Estado possível, segundo sua destinação própria, neste intervalo precário *entre* as paixões dos indivíduos e a pregação do amor recíproco, que perdoa e paga o mal com o bem."[36] (RICOEUR, [1958] 2019, p. 36, grifo do autor, trad. nossa).

Parece, portanto, que o amor recíproco entre os homens, caso seja um dia realidade, poderia dispensar o Estado de sua existência. Enquanto esse dia não chega, que tenhamos então um Estado "mais forte". Para entender melhor o que isso significa exatamente, e também para avaliar se nesse Estado a alteridade dos povos colonizados poderia ser melhor acolhida, atentemos para a outra dimensão tocada por esse mesmo artigo de 1958, qual seja: "a tarefa dos cristãos". Com isso, ao mesmo tempo tentaremos responder àquela segunda questão formulada no começo deste tópico, a saber, qual o papel dos cristãos na promoção de uma civilização universal?

---

[33] A fina reflexão de Ricoeur nesse texto recorre a duas visões bíblicas para explorar cada uma dessas facetas do Estado: o seu papel construtivo e benfazejo na esteira do apóstolo Paulo; o seu papel negativo e opressor na esteira do apóstolo João.

[34] No original em francês: "Certes, l'appareil militaire, policier et répressif de l'État bourgeois peut dépérir, mais non l'État en tant que pouvoir d'organisation et de décision [...]".

[35] No original em francês: "[...] en tout cas, l'État doit se renforcer avant de dépérir éventuellement, et le problème est qu'il n'asservisse pas les hommes pendant la période sans doute longue où il devra encore se renforcer".

[36] No original em francês: "[...] rendre l'État possible, selon sa destination propre, dans cet intervalle précaire *entre* les passions des individus et la prédication de l'amour réciproque, qui pardonne et rend le bien pour le mal".

Um ponto importante para atentarmos de saída é que um Estado mais forte deverá ser conquistado a partir de características presentes nos cristãos, e de modo nenhum a partir da própria Igreja enquanto instituição. É aos cristãos que Ricoeur se dirige, individualmente, sugerindo direções para seu "engajamento político"[37]. Ora, mas quais são essas características humanas presentes nos cristãos que poderiam melhorar o Estado a ponto de torná-lo mais acolhedor ao outro? A primeira é a imaginação: a alusão à imaginação, que já constava em *La question coloniale*, reaparece no texto de 1958, quando Ricoeur propõe que para dar conta da "aparição de novas nações na cena geográfica controlada pelo estado francês" é preciso que haja uma "invenção de estruturas novas", que permitam "inventar *novas maneiras de fazer os cidadãos participarem do poder*"[38]. (RICOEUR, [1958] 2019, p. 29-30, grifos do autor, trad. nossa).

A segunda característica dos cristãos que, segundo Ricoeur, viria a contribuir para a melhoria do Estado é o amor ao próximo, sobretudo na sua expressão a favor da promoção da liberdade e da emancipação dos povos. Aliás, é com essa "tarefa cristã" que ele finaliza o texto de 1947:

> O amor cristão me parece aqui ser o ponto chave para discernir como se multiplica e se diversifica este tesouro das nações, por meio da libertação política, e, também, para amar esta perigosa criação contínua da humanidade, através dos movimentos de emancipação dos povos.[39] (RICOEUR, 1947, p. 5, trad. nossa).

Essa reverência à diversidade dos povos parece, à primeira vista, indicar uma direção de ação muito eficiente para a recepção dos povos colonizados. O que talvez não fique claro numa primeira aproximação é que coadunar a diversidade dos povos com uma civilização universal está longe de ser uma tarefa fácil. Isso porque a ideia de uma comunidade humana traz em seu bojo um nivelamento que pode resultar perigoso para a própria diversidade aspirada. É num artigo escrito quatorze anos mais tarde – 1961 – que Ricoeur formulará e discutirá essa dificuldade, que extrapola – e muito – o âmbito da ação

[37] Cf. RICOEUR, [1958] 2019, p. 28: "[...] l'engagement politique n'a pas de sens pour l'Eglise mais pour les croyants".
[38] No original em francês: "[...] l'apparition de nations nouvelles dans l'ère géographique contrôlée par l'Ètat français. [...] invention de structures nouvelles [...]. [...] inventer de *nouvelles manières de faire participer les citoyens au pouvoir* [...]".
[39] No original em francês: "Le point d'application de l'amour chrétien me paraît ici de discerner comment se multiplie et se diversifie ce trésor de nations, par la libération politique, et d'aimer cette dangereuse création continuée de l'humanité, à travers les mouvements d'affranchissement des peuples".

cristã: o texto se chama *Civilisation universelle et cultures nationales*, referindo-se, assim, às "duas necessidades divergentes, mas igualmente imperiosas"[40]. (RICOEUR, [1961] 2001, p. 322, trad. nossa).

Ricoeur não tem dúvidas de que é preciso salvaguardar as culturas dos povos em suas peculiaridades. Contudo, com muita lucidez ele nos lembra quão arriscada é essa tarefa, na medida em que até mesmo a luta contra o colonialismo pode, paradoxalmente, ameaçá-las:

> Nós chegamos assim ao problema crucial para os povos que saem do subdesenvolvimento. Para entrar na via da modernização, é preciso abdicar o velho passado cultural que foi a razão de ser de um povo? Frequentemente, o problema se coloca sob a forma de um dilema e mesmo de um círculo vicioso; com efeito, a luta contra as potências coloniais e as lutas pela libertação só puderam ser levadas a cabo reivindicando uma personalidade própria [...][41]. (RICOEUR, [1961] 2001, p. 329, trad. nossa).

Contudo, por mais difícil que seja manter as duas "necessidades divergentes" no mesmo horizonte, Ricoeur não está nem um pouco disposto a ceder à tentação de uma postura resignada tal como defender que uma identidade mundial implicaria a perda da identidade de um povo. Antes, ele aposta na *comunicação* como resposta prática ao aparente "caos primitivo" das culturas[42]. Assim, apoiando-se na máxima spinozana – tantas vezes por ele lembrada – de que quanto mais conhecemos as coisas singulares, mais conhecemos a Deus[43], Ricoeur sustenta que "Ser homem é ser capaz dessa transferência para um outro centro de perspectiva."[44] (RICOEUR, [1961] 2001, p. 336, trad. nossa).

É essa transferência para o ponto de vista do outro que precisaria estar na base dos encontros entre as culturas, as quais permanecerão heterogêneas, mas não estranhas umas às outras. Nessa aventura, há, por fim, um único tipo de encontro proibido: justamente aquele que caracteriza o colonialismo: "Ninguém pode dizer o que acontecerá com nossa

---

[40] No original em francês: "[...] deux nécessités divergentes mais également impérieuses".
[41] No original em francês: "Nous arrivons ainsi au problème crucial pour les peuples qui sortent du sous-développement. Pour entrer dans la voie de la modernisation, faut-il jeter par-dessus bord le vieux passé culturel qui a été la raison d'être d'un peuple? C'est souvent sous la forme d'un dilemme et même d'un cercle vicieux que le problème se pose; en effet la lutte contre les puissances coloniales et les luttes de libération n'ont pu être menées qu'en revendiquant une personnalité propre [...]".
[42] Cf. RICOEUR, [1961] 2001, p. 333: "incohésion primitive".
[43] Cf. RICOEUR, [1961] 2001, p. 337: "[...] le très beau théorème de Spinoza: 'Plus nous connaissons de choses singulières, plus nous connaissons Dieu'."
[44] No original em francês: "Être homme, c'est être capable de ce transfert dans un autre centre de perspective".

civilização quando ela tiver verdadeiramente encontrado outras civilizações de uma forma diferente daquela do choque da conquista e da dominação."[45] (RICOEUR, [1961] 2001, p. 337, trad. nossa).

À guisa de conclusão: Os alcances e limites da recepção do povo colonizado segundo Ricoeur

Para finalizar esta reflexão introdutória sobre o importante tema do colonialismo na visão deste que foi um dos filósofos contemporâneos que mais elementos trouxe para a questão da recepção do outro, do diferente, do estrangeiro, proporemos duas linhas de discussão que, contudo, não poderemos esgotar aqui. Antes, contudo, é preciso reconhecer que *La question coloniale* constitui, sem dúvida, um manifesto anticolonial de grande importância na época de sua publicação por tocar a questão do racismo, da violência e da libertação de modo muito lúcido a partir do lugar do colonizador.

Nos dias de hoje, em meio ao vertiginoso aumento das reflexões e críticas ao eurocentrismo, este texto de Ricoeur pode, contudo, soar um tanto "ingênuo", de modo que uma preferência pelos discursos mais enérgicos de Frantz Fanon ou de Aimé Césaire não seria nada raro notar. Não teremos condições de adentrar numa comparação entre as visões de Ricoeur e desses dois grandes autores, ao que nos limitaremos a reconhecer que, considerando que Ricoeur fala a partir da posição de um francês em 1947, nos parece justo enquadrar seu manifesto dentre os textos revolucionários da época.

Ainda que não tenhamos nenhum estudo comparativo a fim de medir – caso isso seja, de algum modo, possível – o caráter revolucionário do texto de Ricoeur, gostaríamos de levantar duas indagações sobre os possíveis limites da reflexão ricoeuriana sobre a questão colonial: uma sobre a culpabilidade e outra sobre a civilização universal, que foram os recortes-guia de nossa discussão.

Sobre a culpabilidade, vimos que a sua importância é enorme, na esteira da noção de culpabilidade alemã desenvolvida por Jaspers. A solução de Ricoeur para uma melhor acolhida do outro parece passar necessariamente pela culpabilidade do cidadão comum do

[45] No original em francês: "Nul ne peut dire ce qu'il adviendra de notre civilisation quand elle aura véritablement rencontré d'autres civilisations autrement que par le choc de la conquête et de la domination".

país colonizador, conforme vimos. Ora, nossa indagação é muito pontual: será que a essa solução que parte do colonizador não deveríamos acrescentar também algum protagonismo do colonizado?

Sobre a civilização universal, a nossa observação segue na mesma direção: mais uma vez, a solução que Ricoeur traz à luz não enfatiza o protagonismo do colonizado, mas sim a centralidade do papel da humanidade toda – movida por traços comuns aos cristãos, conforme vimos. A indagação, neste ponto, é a seguinte: devemos acrescentar na fórmula ricoeuriana um papel específico ao colonizado nessa busca de uma comunidade humana que não tenha sido aventado no texto de Ricoeur?

Sublinhamos que as duas indagações que levantamos não poderão ser respondidas nos limites desse trabalho. Mas esperamos que elas possam seguir provocando nosso pensamento, nos impulsionando a tentar responder se, ao colocarmos no centro da solução para as mazelas do colonialismo reflexões e ações que não partem do colonizado, será que teremos efetuado plenamente a recepção do outro? De modo mais acirrado: será que não faz parte da própria recepção de um povo colonizado uma certa aceitação prévia de que as maneiras como ele persegue sua liberdade podem ser completamente incompreensíveis dentro dos quadros conceituais dos povos colonizadores?

No texto *La question coloniale*, Ricoeur claramente não abre espaço para a voz do colonizado sobre ele mesmo, o que sabemos que, nos dias de hoje, é praticamente uma exigência. Esta é, a nosso ver, a maior limitação desse importante texto.

Para receber o outro, é preciso sim fazer o movimento de culpabilidade do colonizador e reconhecer, desde o fundo de sua consciência mais íntima, os erros de seu Estado. Igualmente, é preciso sim ter em mente o problema de fundo para as saídas futuras, isto é, o difícil caminho para uma civilização universal que respeite as particularidades das culturas de todos os povos. Adicionalmente, nos parece que ainda precisamos investir na escuta do povo colonizado, pois é a ele que cabe a prerrogativa de construir sua própria liberdade.

Referências

FIGUEIREDO, Euridice. Albert Camus entre guerras: de Combat a O primeiro homem. *Organon*, Vol. 32, 2017, p. 1-18.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Faute, culpabilité et dette. *Études Ricœuriennes / Ricœur Studies*, Vol 9, N. 2, 2018, p. 138-148.

JASPERS, Karl. *A questão da culpa:* A Alemanha e o nazismo [1946]. Trad. Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018.

MEIRELES, Cristina A. Viana. Paul Ricoeur e Jean Nabert: filósofos da afirmação originária. In: Adriano Correia; Luiz Rohden; Juvenal Savian; Carlos Tourinho. (Org.). *Fenomenologia e Hermenêutica.* São Paulo: ANPOF, 2017, v. 1, p. 369-383.

RICOEUR, Paul. Civilisation universelle et cultures nationales [1961]. In: RICOEUR, Paul. *Histoire et verité.* Paris: Seuil, 2001, p. 322-338.

_____. La culpabilité allemande [1949]. In: *Lectures 1:* Autour du politique. Paris: Seuil, 1991. p. 143-154.

_____. La question coloniale. In: *Arquivos do Fonds Ricoeur*. IIIA15 Réforme 3 / 131 [1947] 20 septembre, Ed. de Ernst Wolff, 2018. Disponível em: <https://omekas.obspm.fr/s/ricoeur/ark:/18469/1z0z0>. Acesso em 08 jul. 2020.

_____. Les aventures de l'État et la tâche des chrétiens [1958]. In: RICOEUR, Paul. *Politique, Économie et Societé:* Écrits et conférences 4. Paris: Seuil, 2019. (Collection La couleur des idées), p. 21-35.

RICOEUR, Paul; DUFRENNE, Mikel. *Karl Jaspers et la philosophie de l'existence*. Paris: Seuil, 1947.